

Câmara discute projeto de escola sem partido

A Câmara de Campinas trouxe à cidade o debate sobre o polêmico projeto Escola sem Partido, que tramita no Congresso. A iniciativa foi do advogado Miguel Nagib, depois que sua filha chegou da escola dizendo que o professor de história havia comparado Che Guevara, líder da Revolução Cubana, a São Francisco de Assis.

PÁGINA A6

PROJETO III POLÊMICA

‘Escola sem Partido’ é foco de audiência na Câmara

Entusiastas citam “cobaias em aula” e até “abertura para pedofilia”

Rafaela Dias

DA AGENCIA ANHANGUERA
rafaela.dias@rac.com.br

O projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados sobre a “Escola sem Partido”, e divide opiniões no País, se tornou objeto de uma Comissão Especial de Estudos federal e foi discutido ontem na Câmara de Campinas. Entusiastas da proposta declararam na audiência que “crianças estão sendo usadas como cobaias” e que discutir “gênero” nas escolas “abre as portas para pedofilia”. Vereadores que discordam do projeto preparam um outro evento no Legislativo campineiro, envolvendo sindicatos, professores e educadores.

Outro evento sobre o tema espera reunir educadores na Casa

O projeto federal é inspirado em um movimento criado pelo advogado Miguel Nagib, que disse ter tido a ideia quando sua filha chegou da escola dizendo que o professor de história havia comparado Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana a São Francisco de Assis, um dos santos mais populares da Igreja Católica. “Estamos lidando em sala de aula com discussões sobre posições políticas, orientação sexual, gravidez na adolescência e até drogas. Não podemos deixar que nossos filhos se tornem cobaias de experiências sociais. Precisamos criar regras e deixar claro os deveres dos professores”, defende.

O projeto de lei que surgiu desse movimento prevê, por exemplo, que as escolas particulares façam autorizações contratuais com os pais ou responsáveis para ensinar conteúdos de cunho religioso. Para o deputado Federal Paulo Freire (PR-SP), os alunos têm o direito de não ser doutrinados por professores. Já o deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), filho do presidente Jair Bolsonaro (PSC-RJ), pegou mais pesado no debate. “Discutir ideologia de gênero em sala de aula, por exemplo, abre as portas para a pedofilia”, declarou. Para o vereador Campos Filho (DEM), a família educa e a escola escolariza. Para o vereador Jorge Schneider (PSB) é preciso uma “intervenção urgente”. “Outro dia recebemos a denúncia que de uma escola de Campinas estava incentivando crianças de 4 anos de sexos diferentes a usarem o mesmo banheiro. Isso precisa acabar.”

O vereador Gustavo Petta (PCdoB), crítico da proposta, está organizando o debate público que envolverá sindicatos, professores e movimentos da Educação. “O projeto tem tido muita resistência no meio acadêmico. Não podemos permitir a limitação da liberdade em sala de aula. Não se trata de partidizar, nem doutrinar, mas sim de violar a liberdade de expressão do professor.”

O presidente do Sindicato

“Discutir ideologia de gênero em sala de aula, por exemplo, abre as portas para a pedofilia.”

EDUARDO BOLSONARO

Deputado federal, na audiência



Deputados que apoiam o Escola sem Partido falaram na Câmara: contrários ao projeto preveem novo evento
Dominique Torquato/28abr 2017/AAN



Ata da greve geral contra as reformas: pais de alunos discordaram de comunicados de escolas sobre assunto

Pais fazem abaixo-assinado em escolas

O assunto foi abordado recentemente por famílias de duas escolas de Campinas incomodados com abordagens relativas à greve geral realizada contra as reformas da Previdência e Trabalhista. Alguns pais da Escola Comunitária desaprovaram a forma como seus filhos foram avisados da paralisação da unidade no dia 28 de abril. Um abaixo-assinado online publicado no último dia 27 e assinado por 138 pessoas, afirma que a comunicação aos alunos, segundo relatos, trouxe defesa do ponto de vista dos funcionários sobre a legitimidade do pleito. O documento pede que o fato “não se repita”. A escola informou não ter sido comunicada formalmente sobre a iniciativa, não podendo, portanto, se posicionar. No Colégio Notre Dame, também no dia 27,

uma petição assinada por 406 pessoas foi organizada pelos pais. Entre as solicitações, está que a entidade faça “a retratação completa e imediata do grupo de professores uma vez que não foram autorizados, em nenhuma hipótese, por nós pais, a utilizar a greve como mecanismo pedagógico”. Segundo o sociólogo e empresário Marcelo Borges Merlo, no dia que a petição foi criada, alguns professores divulgaram uma carta aberta de apoio à paralisação. “Eu tenho uma prova da minha filha, de 12 anos, com claro viés ideológico. Esse foi o começo e nos incomodou muito”, disse. Ele disse ainda que os pais chegaram a colocar faixas no colégio, que foram retiradas pela diretoria. “Temos que ter a nossa opinião respeitada. Não queremos ser intransigentes,

mas seremos firmes na defesa de um ensino como deve ser: plural e respeitoso.” A empresária Andreza França Michelino de Oliveira tem dois filhos estudando no colégio. Segundo ela, o mais velho disse que a escola foi informativa ao comunicar que não abriria no dia da greve geral. Ela não tem reclamações, mas também não aceita discussão política ou religiosa em sala de aula. O Centro Educacional Objetivo, de Barão Geraldo, também foi criticado por alguns pais, e a professora de língua portuguesa Luciane Boldrin Marinelli chegou até a fazer uma postagem nas redes sociais. “Achamos importante naquele momento deixar claro que as aulas seriam suspensas para segurança dos alunos e funcionários e não por questões ideológicas.” (RD/AAN)

dos Professores de Campinas (Sinpro), Carlos Virgílio Borges, afirma que a entidade é totalmente contra a proposta. “Somos a favor de uma escola democrática. Esse projeto acaba com a liberdade de expressão do professor. Não apoiamos nada que possa cercear o debate. Professor tem o direito

de opinar. Não se trata de influenciar e sim de fazer pensar”, disse Chileno. A professora de ética do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Yara Frateschi também discorda do projeto. “É uma iniciativa muito perigosa e que gera um ambiente hostil, onde o professor é diaria-

mente colocado sob suspeita. Muitos educadores estão comparando o projeto à lei da mordaza. Claro que devem existir limites para o professor, mas a medida veta a criatividade e até a autoridade. Com ele, acaba o papel do professor de alargar a mente dos alunos”, defende.